
GRANDE ESTRATÉGIA E A AGENDA DE PESQUISA EM POTÊNCIAS MÉDIAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DO CASO BRASILEIRO

GRAND STRATEGY AND THE RESEARCH AGENDA IN MIDDLE POWERS: AN
EXPLORATORY STUDY ON THE BRAZILIAN CASE

DOI: 10.5380/cg.v14i2.98873

Cristina Carvalho Pacheco¹

André Luiz Viana Cruz de Carvalho²

Letícia Almeida Montenegro³

RESUMO

No pós-Guerra Fria, o conceito de Grande Estratégia, tradicionalmente relacionado apenas às Grandes Potências, vem sendo aplicado também às potências médias, detentoras de menos recursos de poder e limitadas nos meios de implementação de um projeto de poder tão robusto como a Grande Estratégia. A partir dessa constatação, este trabalho pretende realizar um estudo exploratório acerca da literatura de Grande Estratégia para Potências Médias, e para isso se divide em três subtópicos: no primeiro, tem-se como foco o conceito de Grande Estratégia no pós-Guerra Fria, partindo da proposta feita por Kennedy (1991); no segundo apresenta-se a discussão mais recente, voltada para o aprofundamento desse novo significado com destaque para o reconhecimento, e em alguns casos, até mesmo a inserção das potências médias como atores produtores de grande estratégia e, por fim, apresenta-se um panorama dos estudos voltados para o Brasil. É constatado, portanto, que o conceito de Grande Estratégia ultrapassa as fronteiras das grandes potências, e apesar das dificuldades de sustentação de um projeto de poder de longo prazo, uma potência média consegue combinar os seus objetivos políticos, econômicos e militares de modo a cumprir e sustentar o seu interesse nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Grande Estratégia; Potências Médias; Brasil.

¹ Professora Associada da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), criscpacheco@servidor.uepb.edu.br, Orcid: [0000-0002-1847-180X](https://orcid.org/0000-0002-1847-180X).

² Doutorando na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), andrericarvalho@outlook.pt, Orcid: [0000-0002-4452-0847](https://orcid.org/0000-0002-4452-0847).

³ Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), leticiaalmeidaamontenegro@gmail.com, Orcid: [0000-0003-1774-6645](https://orcid.org/0000-0003-1774-6645).

ABSTRACT

In the post-Cold War era, the concept of Grand Strategy, traditionally associated exclusively with Great Powers, has also been applied to middle powers, which possess fewer resources and are constrained in their capacity to implement a power project as robust as a Grand Strategy. Building on this observation, this study aims to conduct an exploratory analysis of the literature on Grand Strategy for Middle Powers, structured into three subsections: the first focuses on the concept of Grand Strategy in the post-Cold War period, beginning with Kennedy's (1991) proposal; the second addresses more recent discussions that deepen this new understanding, highlighting the recognition and, in some cases, even the integration of middle powers as strategic actors capable of formulating grand strategies; and finally, a review of studies focused on Brazil is presented. The findings suggest that the concept of Grand Strategy extends beyond the domain of great powers, indicating that, despite challenges in sustaining a long-term power project, a middle power can effectively align its political, economic, and military objectives to uphold and advance its national interests.

KEYWORDS: Grand Strategy; Middle Power; Brazil.

* Artigo recebido em 11 de março de 2025, aprovado em 14 de março de 2025.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tradicionalmente, apenas as Grandes Potências são capazes de implementar uma Grande Estratégia (GE). Murray *et al* (2011) afirmam que a grande estratégia é um “fardo” exclusivo de grandes potências, não sendo um conceito universalmente aplicável a potências menores. Isso ocorre porque (1) grandes potências têm maiores condições de implementar seus objetivos de longo prazo, (2) não dependem de outra Grande Potência para garantir sua segurança e (3) as alianças entre grandes potências e potências médias não é uma via de mão única, posto que uma aliança desempenha funções geopolíticas, militares e econômicas que beneficiam ambos os lados. As razões apresentadas são respaldadas através da literatura especializada (Kennedy, 1991; Gaddis, 2018; Brands, 2014; Martel, 2015) que tem sua maior produção voltada aos países centrais, com foco nas já mencionadas Grandes Potências e no eixo anglo-saxão.

No entanto, especialmente com o fim da Guerra Fria, novos estudos de caso vêm surgindo, dessa vez implementando a lente da Grande Estratégia para países que não se enquadram no restrito grupo das grandes potências. Esses países e, em especial, as potências médias, possuem menos recursos de poder em relação a uma grande potência, e apresentam mais limitações no que tange a implementação de um projeto de poder tão robusto como a Grande Estratégia. Entretanto, ainda que não exista um consenso em relação à definição do que vem a ser uma potência média (Holbraad, 1984; Jordaan, 2003; Kassab, 2018; De Swieland *et al.*, 2019) é possível compreendê-la como um Estado que tem, no entorno regional, seu principal recorte de projeção de poder. Já no nível internacional, possui capacidade de influência, mas com impacto sistêmico reduzido, o que torna essencial o uso de coalizões.

Esse é exatamente o caso do Brasil, considerado potência média emergente por Jordaan (2003). Instável tanto política como economicamente, o país alternou seu regime político entre ditadura (Montenegro, 2023) e democracia no século XX (Carvalho, 2021), e mantém esse receio também no tempo presente. Na área econômica, ainda que relativamente estável desde a implementação do Plano Real (1993), a sombra da inflação paira até mesmo em momentos de crescimento econômico. Tanto a instabilidade política que o caracteriza, como os problemas de desenvolvimento econômico inerentes a um país periférico, contribuem para dificultar a implementação de uma GE a longo prazo.

A partir dessa constatação, o presente artigo busca realizar um estudo exploratório acerca da literatura de Grande Estratégia para Potências Médias, sendo dividido em três seções: na primeira, é explorado o conceito de Grande Estratégia no pós-Guerra Fria, mas ainda em seu período inicial, provocado pela proposta feita por Kennedy (1991), de revisão do seu significado anterior e elaboração de uma categoria mais ampla e, agora, composta não

apenas dos elementos vinculados à questões de segurança, mas também por elementos econômicos e político-diplomáticos; na segunda apresenta-se a discussão mais recente, voltada para o aprofundamento desse novo significado e o reconhecimento, em alguns casos, até mesmo da inserção das potências médias como atores produtores de grande estratégia e, por fim, ilustrar alguns estudos realizados sobre o caso do Brasil (Brands, 2010; Alsina Jr, 2018; Milani e Nery, 2019; Carvalho, 2021; Alves, 2022; Montenegro, 2023).

E é aqui que reside a proposta do presente artigo: ultrapassar a fronteira que a categoria Grande Estratégia se encontra, discutindo sua potencialidade de aplicação no contexto geopolítico das potências médias. Parte da hipótese de que potências médias implementam uma grande estratégia, mas o fazem a partir de algumas singularidades que as diferenciam das grandes potências, nos três vetores sugeridos: político, econômico e de defesa, apresentados a seguir.

2. O CONCEITO DE GRANDE ESTRATÉGIA (GE) NO PÓS-GUERRA FRIA

Em importante resgate histórico sobre o conceito de Grande Estratégia (GE) feito por Milevski (2016), o autor é contundente: não há um consenso sobre o que a define, as interpretações são muito diversas, à medida que os constrangimentos sistêmicos impuseram novas transformações provocadas pelas mudanças no cenário internacional. Tem em Liddell Hart, na década de 20 do século XX, a adaptação deste conceito a um modelo de Estado nacional mais próximo dos moldes atuais, cujo início mais provável se deu ao longo do século XIX, a partir dos trabalhos de Julian Corbett (1911), precursores da teoria do poder marítimo e a estratégia de expansão marítima que os Estados deveriam adotar para maximizar seus ganhos.

Ao longo do século XX, e principalmente, durante a Guerra Fria (1945-1989) o conceito perde em importância analítica, em razão da dissuasão provocada pelo surgimento das armas nucleares naquele intervalo histórico, concentradas nas Grandes Potências. Esse novo instrumento bélico modificou profundamente o comportamento dos Estados, que tiveram que adaptar suas estratégias de sobrevivência dentro do sistema internacional (SI). Nesse período, a categoria Grande Estratégia teve como principal foco o esforço bélico da nação em períodos de guerra. No cenário de guerra fria, os Estados tinham como objetivo central o aumento de suas capacidades militares visando garantir sua sobrevivência.

Foi apenas com o fim da Guerra Fria que o termo voltou a ganhar força nas discussões acadêmicas (Kennedy, 1991; Posen; Ross, 1997; Brands, 2014; Martel, 2015; Lissner, 2018; Silove, 2017; Gaddis, 2018; Taliaferro *et al.*, 2013) e nos documentos oficiais produzidos pelas Grandes Potências (Milevski, 2016). A discussão sobre o tema passou a

incorporar novas variáveis, responsáveis, também, pela elaboração dos objetivos estatais, dentre elas, a variável econômica e a político-diplomática. É esta literatura que será apresentada agora.

O primeiro teórico a inserir as duas variáveis no debate foi Kennedy (1991). Tendo como foco casos históricos localizados, majoritariamente, na Europa, da Roma antiga a Grã-Bretanha de Churchill, o teórico pautou sua análise a partir do que considera um conceito “mais amplo” de grande estratégia, que não se restringe somente ao cenário de guerra. Propôs um conceito que considera outros fatores, como o econômico e o político-diplomático.

O cerne da grande estratégia reside, portanto, na política, isto é, na capacidade dos líderes estatais para reunir todos os elementos, tanto militares como não-militares, para a preservação e aprimoramento dos melhores interesses de longo prazo da nação (isto é, em tempos de guerra e em tempos de paz). (Kennedy, 1991, p. 05)⁴ (tradução dos autores)

A “*policy*” ganha destaque na proposta conceitual de Kennedy, e é Martel (2015) que elabora um argumento mais sistematizado sobre as razões para tal. Não mais reduzida aos objetivos do Estado em momentos conflituosos, a Grande Estratégia agora precisa traduzir e refletir a capacidade dos *policy makers* de incrementar os recursos econômicos do Estado para se posicionar no cenário internacional, obter aliados e combater possíveis inimigos. Martel (2015) sugere, inclusive, para sua efetivação, que a GE seja composta por duas etapas. A primeira, composta por uma clara articulação de seus princípios e objetivos, formalizados ou não e, a segunda, voltada para a sua implementação. Nessa etapa, o Estado precisa realocar seus recursos de poder de modo a atingir os objetivos estabelecidos a longo prazo. E o faz através da balança de meios e fins, em que a priorização dos instrumentos de poder será fundamental para que se encontre um equilíbrio adequado e para a concretização dos objetivos, definidos a partir dos interesses vitais (Martel, 2015).

Outro teórico de destaque na análise contemporânea do conceito de grande estratégia, e que compartilha a perspectiva histórica com Kennedy, é John Lewis Gaddis (2018).

Definirei esse termo [grande estratégia], para os fins deste livro, como o alinhamento de aspirações potencialmente ilimitadas com capacidades necessariamente limitadas. Se você busca fins além de seus meios, mais cedo ou mais tarde terá que reduzir seus fins para ajustá-los aos seus meios. A expansão dos meios pode atingir mais fins, mas não todos, porque os fins

⁴ Do original: “The crux of grand strategy lies therefore in policy, that is, in the capacity of the nation's leaders to bring together all of the elements, both military and nonmilitary, for the preservation and enhancement of the nation's long term (that is, in wartime and peacetime) best interests”.

podem ser infinitos e os meios nunca o podem ser. Qualquer que seja o equilíbrio que você alcançar, haverá uma ligação entre o que é real e o que é imaginado: entre a sua localização atual e o destino pretendido. Você não terá uma estratégia até conectar esses pontos – por mais diferentes que sejam – dentro da situação em que você está operando. (Gaddis, 2018, p. 16) (tradução dos autores)⁵

Seu conceito parte de uma perspectiva histórica, mas com uma ênfase racional e econômica. Atrela os desejos ilimitados aos recursos limitados da realidade física de um Estado, no cálculo das suas capacidades. A questão reside em conseguir equilibrar estes dois pontos, desejos e recursos, meios e fins, de modo a atingir uma espécie de "ótimo", com o melhor resultado possível. Taliaferro *et al.* (2013) utilizam seu conceito como ponto de partida para analisar o cenário internacional no período entreguerras (1919-1937), preocupados, principalmente, com a incapacidade dos EUA em evitar o segundo confronto. Adotam o conceito de Gaddis por permitir que um país organize seus parâmetros nas dimensões de política externa, econômica e militar de modo a maximizar seus interesses e se proteger.

Brands (2014) também contribuiu com o debate sobre a Grande Estratégia, ao propor a seguinte definição:

Neste livro, defino a grande estratégia como a arquitetura intelectual que dá forma e estrutura à política externa. Os líderes que fazem a grande estratégia não estão apenas reagindo aos acontecimentos ou lidando com eles caso a caso. Em vez disso, uma grande estratégia é um conjunto de ideias elaboradas e coerentes sobre o que uma nação procura realizar no mundo e como deve proceder para executá-las. (Brands, 2014, p. 03) (tradução dos autores)⁶

E aponta sete aspectos contidos na definição acima que merecem aprofundamento. A grande estratégia, para Brands (2014, p. 05-06): (1) é mais do que um aspecto da política externa. É a soma de todas as interações do governo com o cenário internacional e que garante que os instrumentos empregados maximizem os interesses nacionais do país; (2) fornece a conexão que garanta que as ações de curto prazo concretizem os objetivos de médio e longo

⁵ Do original: "I'll define that term, for the purposes of this book, as the alignment of potentially unlimited aspirations with necessarily limited capabilities. If you seek ends beyond your means, then sooner or later you'll have to scale back your ends to fit your means. Expanding means may attain more ends, but not all because ends can be infinite and means can never be. Whatever balance you strike, there'll be a link between what's real and what's imagined: between your current location and your intended destination. You won't have a strategy until you've connected these dots—dissimilar though they are—within the situation in which you're operating".

⁶ Do original: "In this book, I define grand strategy as the intellectual architecture that gives form and structure to foreign policy. Leaders who are doing grand strategy are not just reacting to events or handling them on a case-by-case basis. Rather, a grand strategy is a purposeful and coherent set of ideas about what a nation seeks to accomplish in the world, and how it should go about doing so".

prazo; (3) foca nas relações entre meios e fins, entre objetivos e capacidades. Isso envolve a combinação de todos os aspectos do poder nacional que possibilitem o alcance dos objetivos importantes; (4) consiste mais num processo do que um princípio. Vale dizer, a grande estratégia acompanha as modificações que ocorrem no cenário internacional; (5) é interativa por essência; (6) opera tanto em tempos de guerra como em tempos de paz e, por último, (7) não precisa ser formalizada.

O autor reforça que a capacidade estatal de sistematização dos seus objetivos é, possivelmente, a tarefa mais árdua envolvendo a elaboração de uma GE visto que a definição do interesse nacional demanda certa coerência nas perspectivas, tarefa complexa quando muitas variáveis estão inseridas no processo de elaboração da política externa. Apesar disso, deve-se ter em mente que um Estado capaz de definir o que precisa realizar no momento presente, para atingir o *status quo* que pretende no longo prazo, representa um Estado robusto e pronto para enfrentar constrangimentos, de modo que, se atropelados por esses constrangimentos, o Estado seja afetado na menor maneira possível (Brands, 2014).

Preocupado com a dimensão de implementação de uma grande estratégia, como já apontado anteriormente, Martel (2015) elabora o conceito de grande estratégia:

A Grande Estratégia é uma declaração coerente dos objetivos políticos mais altos do Estado, a serem perseguidos globalmente a longo prazo. Tem como função priorizar diferentes opções de política interna e externa e coordenar, equilibrar e integrar todos os tipos de instrumentos nacionais - incluindo o poder diplomático, econômico, tecnológico e militar - para alcançar seus objetivos vitais. Com efeito, a Grande Estratégia fornece uma estrutura de princípios de organização que, de maneira útil, auxilia tanto a burocracia como a sociedade a escolher com mais coerência a condução da sua política externa. (Martel, 2015, p. 33) (tradução dos autores)⁷

Após apresentar seu conceito, Martel dissecou cuidadosamente cada um dos elementos nela contidos. Ainda que não seja possível apresentá-los aqui com a mesma extensão, de maneira sistemática, destaca-se no conceito acima os seguintes elementos: (i) a sua agenda de política externa; (ii) as prioridades vitais do Estado; (iii) a projeção global; (iv) a longevidade; e (v) os instrumentos diplomáticos, econômicos e tecnológicos de poder. É na terceira dimensão, a projeção global, que Martel considera ser possível que apenas as Grandes Potências consigam elaborar e implementar uma Grande Estratégia. Operar em escala global

⁷ Do original: “Grand Strategy is a coherent statement of the state's highest political ends to be pursued globally over the long term. Its proper function is to prioritize among different domestic and foreign policy choices and to coordinate, balance, and integrate all types of national means - including diplomatic, economic, technological and military power - to achieve the articulated ends. In effect, grand strategy provides a framework of organizing principles that in a useful way help policy makers and society make coherent choices about the conduct of foreign policy”.

requer que o Estado seja capaz de atingir diferentes componentes do sistema internacional e não apenas alguns deles. E, na sua percepção, apenas as grandes potências conseguem operar em escala global.

Feita a apresentação de algumas das elaborações conceituais da Grande Estratégia, o passo seguinte consiste em apresentar duas sistematizações da literatura feitas por Silove (2017) e Lissner (2018) que, preocupadas com a proliferação de significados que o conceito vem recebendo, procuram compreender a amplitude que esse universo teórico alcança no cenário acadêmico atual.

Nina Silove reitera que a diversidade de interpretações acerca do conceito de Grande Estratégia pode torná-lo um tanto quanto “escorregadio” ou “confuso”. Porém, com o objetivo de esclarecer de maneira mais ampla o que a GE representa, a autora identifica três perspectivas centrais: um “grande plano”; um “grande princípio”; e um “grande comportamento”. Um grande plano diz respeito ao fato de a GE necessitar estar sistematizada em um documento oficial, como um plano deliberado e bem detalhado, sendo o *National Security Strategy* (NSS), documento elaborado pelo departamento de segurança dos Estados Unidos, um exemplo desse grande plano (Silove, 2017, p. 11).

O grande princípio, por sua vez, simboliza a presença de um princípio ordenador, ou seja, uma espécie de guia no processo de elaboração das políticas doméstica e externa, sendo exemplificada através da estratégia de contenção (*containment*) empreendida pelos EUA no combate ao comunismo em diversas partes do mundo durante a Guerra Fria. Não há nesta perspectiva a necessidade de um documento sistematizado, ainda que haja um conjunto de ações que convergem para a atuação do Estado no cenário internacional (Silove, 2017, p. 16).

O grande comportamento, que possui semelhança com o grande princípio, destaca que a GE se materializaria a partir da inferência de um padrão de comportamento já praticado pelo Estado. A autora frisa que é possível elaborar um grande plano e um grande princípio, a partir de um grande comportamento. Esse argumento já havia sido introduzido no debate por Christopher Layne ao mostrar que os EUA já demonstravam padrões de comportamento racionais e conscientes no pós-Segunda Guerra Mundial (2006):

Se os Estados Unidos são hoje, de fato, uma hegemonia extrarregional ou ‘global’, não é, como sugere Barry Posen, uma hegemonia ‘acidental’. Ao contrário da Grã-Bretanha, os Estados Unidos não se tornaram uma hegemonia extra-regional num ataque de distração.... Washington tem lutado deliberadamente por essa hegemonia desde o início da década de 1940. (Layne, 2006, p. 03) (Tradução dos autores)⁸

⁸ Do original: “If the United States today is, indeed, an extraregional or ‘global’ hegemon, it is not, as Barry Posen suggests, an ‘accidental’ one. Unlike Britain, the United States did not become an extraregional hegemon in a fit of absentmindedness.... Washington deliberately has strived for that hegemony since the early 1940s”.

Desta forma, salienta-se que, a partir de um padrão de comportamento que se repetia ao longo dos anos, os Estados Unidos possuía em seus direcionamentos o objetivo de se tornar uma potência extrarregional, configurando, assim, uma GE de primazia (Silove, 2017; Posen; Ross, 1997). Apesar de serem categorias diferentes, Silove enfatiza que elas estão ligadas e observá-las a partir de uma só lente auxilia no processo de definição do conceito de Grande Estratégia.

Preocupada, também, com os efeitos perversos da proliferação de trabalhos acadêmicos e análises que aplicam o conceito, Lissner (2018), por sua vez, volta-se para a agenda de pesquisa do conceito e identifica três tratamentos distintos: (a) um grupo que trata a GE como variável; (b) outro que a trata como processo e um terceiro; (c) que a considera um modelo. No primeiro caso, o estudo volta-se para as origens do comportamento do Estado e tem como foco principal a relação entre agente e estrutura na produção de resultados de GE. No segundo caso, as pesquisas tratam a GE como um processo de planejamento estratégico governamental ou como um processo de tomada de decisão. O último oferece visões amplas de GE que permitem pensar o futuro do governo. Para Lissner (2018), identificar cada uma destas agendas permite avançar nos estudos sobre o tema, destacando oportunidades mais consistentes resultantes destas reflexões.

Com base nas perspectivas apresentadas, pode-se deduzir que um conjunto de elementos militares, econômicos, sociais e culturais é essencial para a formulação de uma Grande Estratégia bem-sucedida. Devido à sua complexidade, essa estratégia exige recursos significativos dos Estados, justificando os que defendem sua implementação apenas pelas grandes potências. No entanto, no cenário pós-Guerra Fria, potências médias ou estados mais fracos também passaram a atuar de maneira estratégica no cenário internacional, ainda que através de instrumentos distintos que os da grande potência e esta é a literatura que será analisada a seguir.

3. GRANDE ESTRATÉGIA E POTÊNCIAS MÉDIAS: ELEMENTOS CENTRAIS

A partir dos anos 1990, estudos passaram a explorar a Grande Estratégia com base na realidade das potências médias. Assim como o conceito de Grande Estratégia, o conceito de potências médias também apresenta uma ampla variedade de interpretações. No entanto, Jordaan (2003, p. 165) a define como “Estados que não são nem grandes nem pequenos em termos de poder, capacidade e influência internacional, e demonstram uma tendência a promover coesão e estabilidade no sistema mundial”.

Para o autor acima, as potências médias estariam divididas em duas categorias: tradicionais e emergentes. O primeiro grupo representa os países que já poderiam ser

considerados como potências médias a partir do período da Guerra Fria, a exemplo de Canadá, Austrália e Noruega e o segundo grupo representa àqueles países que se tornaram potências médias apenas com o fim da Guerra Fria, como os casos de Brasil, Índia e África do Sul (Jordaan, 2003).

As divisões por ele apresentadas simbolizam uma forma de tornar um pouco mais claras as características de uma potência média, dada a quantidade relativamente alta desse grupo de países. Carvalho (2021) operacionalizou uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) em relação às características das potências médias e a sua relação com Grande Estratégia e constata que o processo de definição das potências médias não se concentra somente no século XX, mas desde a Era Napoleônica, a partir do processo de distribuição de poder entre as nações.

No entanto, esse processo de compreensão de como os Estados respondem às pressões sistêmicas segue em debate e é impulsionado, mais recentemente, pela agenda de pesquisa de autores como Kennedy, já mencionado, e Robert Gilpin. Em seus trabalhos, o foco é direcionado para compreender a ascensão e queda da abordagem teórica realista, especialmente como potências médias respondem às transições de poder hegemônicas. Essas transições, reforçadas pelas diferentes configurações do cenário internacional, reiteram o que Holbraad (1984, p. 03) sugere que elas representam: “o ponto de encontro de potências outrora grandes, mas em declínio, [...] e de potências menores, mas em ascensão, conscientes do seu potencial”.

Carvalho (2021) explora como algumas abordagens teóricas de RI, como o realismo e o liberalismo, representam ferramentas interessantes para categorizar as especificidades desses países. Em sua concepção, ao seguir a abordagem realista, uma potência média deve ter a possibilidade de incrementar as suas capacidades materiais, como o fomento do seu poderio econômico, com um parque industrial robusto e instituições bem estabelecidas, além do óbvio investimento nas capacidades militares. Na abordagem liberal, uma potência média deve direcionar o foco na sua política externa e investir em táticas diplomáticas que possibilitem melhorar ao máximo a sua imagem no cenário internacional, para se fortalecer enquanto um *player* capaz de influenciar os processos de tomada de decisão (Carvalho, 2021).

Apesar de uma grande ou superpotência ser mais propensa a obter essas características, o autor reitera que uma potência média também pode ter os mesmos objetivos, embora encontre um pouco mais de dificuldades no processo de alcance dessas metas, destacado no trecho a seguir:

Isso levanta outra reflexão importante: se alguém insiste na definição de grande estratégia como a articulação dos recursos de poder nacional para alcançar valores e objetivos políticos em suas relações internacionais, pode-

se dizer que não há nada dentro dessa lógica que seja exclusivo das grandes potências. As potências médias são totalmente capazes, dentro das limitações de suas capacidades, de mobilizar as mesmas variáveis com os mesmos objetivos. (Carvalho, 2021, p. 54) (tradução dos autores)⁹

Posto isto, alguns autores começaram a explorar a aplicabilidade do conceito de Grande Estratégia a partir das experiências de potências médias e estados fracos. Kassab (2018) direcionou o foco nas experiências dos Estados fracos e compreendeu que eles operam na lógica de “*play the field*”, que remete a ideia de jogar o jogo que está posto no SI, enquanto uma grande potência teria como meta a manutenção do seu *status quo* e do equilíbrio da balança de poder, um Estado fraco ou até mesmo potência média teria outras prioridades, que versam sobre tentar obter o máximo de ganhos possíveis dentro da conjuntura posta.

Estes ganhos são representados através do fomento do desenvolvimento nacional e da capacidade de atuar no SI sem o peso constante como uma grande potência obtém. A perspectiva de Kassab (2018) difere de Silove (2017) que, apesar de compreender que a maior parte da literatura de GE está conectada a casos de países do norte global, considera uma potência média incapaz de implementar uma GE. Ela até poderia formular e sistematizar teoricamente essa estratégia, mas não consegue pôr em prática por completo.

Alsina Jr. (2018) contribui para esse debate ao apresentar semelhança diante das percepções de Kassab (2018) e Carvalho (2021). Ao compreender que o conceito de Grande Estratégia tem sua origem a partir dos estudos da segurança, abre margem para a percepção que o fomento do poder militar se faz crucial para a ascensão de uma potência. Todavia, nem todos esses Estados possuem dilemas de segurança complexos que justifiquem um foco demasiado nesse investimento, justificando, assim, o foco maior em questões desenvolvimentistas. Esse elemento é o diferencial no caso de potências médias emergentes, como o Brasil.

Mesmo diante da necessidade de focar no desenvolvimento econômico, uma potência média não deixa de lado, por completo, os investimentos nas capacidades militares. Alsina Jr. (2018), Carvalho (2021) e Glosny (2012), especialmente este último, reiteram que a escolha de uma Grande Estratégia que conceda maior poder de persuasão, fornecido pelo incremento nas capacidades militares, mas sem objetivos ofensivos, moldam a forma como os demais Estados visualizam a sua atuação no cenário internacional, induzindo, muitas vezes, a formação de alianças e acordos de cooperação.

⁹ Do original: “This raises another important reflection: if one insists on the definition of grand strategy as the articulation of national power resources in order achieve and accomplish values and political objectives in its international relations, one can say that, there is nothing within this logic that is exclusive to the great powers. Middle powers are fully able, within the circumscriptions of their capabilities, to mobilize the same variables with the same objectives”.

Hal Brands (2010) olha para o Brasil e procura compreender o seu processo de ascensão durante o governo Lula da Silva (2003-2010) e quais elementos guiaram o país na consolidação da sua GE neste recorte. O investimento em uma política externa multipolar concedeu uma posição de Estado-pivô para o Brasil, especialmente a nível regional. Essa política foi realizada a partir da consolidação de acordos bilaterais e com a formação de coalizões no entorno sul-americano.

Contudo, o Brasil possui outros desafios que impulsionam e, ao mesmo tempo, trazem problemas para a implementação de sua Grande Estratégia a longo prazo. Brands (2010) destaca que os principais desafios brasileiros se concentram nas limitações políticas e socioeconômicas, as tensões com parceiros estratégicos e sua relação com os Estados Unidos, por vezes, de aproximação mais ou menos intensa durante os anos.

As limitações políticas e socioeconômicas referem-se ao elevado percentual de desigualdade social. Ainda que no intervalo analisado por Brands (2010), o Brasil apresentasse um crescimento econômico satisfatório, com o PIB variando entre 3 a 4%, esse crescimento não foi suficiente para responder a cenários de crise. As tensões ocorridas com parceiros estratégicos remontam ao papel histórico de liderança que o Brasil ocupou no entorno sul-americano. Apesar do protagonismo que o país exercia naquele momento, especialmente com a integração dos blocos regionais como o Mercosul e a Unasul, esse equilíbrio que existe na região pode oscilar no futuro, e escalar, em situações como a questão do gás natural, entre Brasil e Bolívia, e no controle da usina hidrelétrica de Itaipu, envolvendo a Tríplice Fronteira (Teixeira; Pinto, 2012).

Por último, Brands (2010) constata que as relações entre Brasil e Estados Unidos também podem ser consideradas um obstáculo na aplicabilidade de uma GE. A postura brasileira de se impor como uma potência regional pode refletir nos EUA, parceiro estratégico do país, uma espécie de rivalidade de modo que a potência norte americana pode interpretar que o protagonismo brasileiro é uma tentativa de roubar o seu protagonismo já existente e, assim, reverberar em consequências negativas como sanções econômicas.

Milany e Nery (2019) também analisaram a Grande Estratégia implementada durante o período Lula da Silva (2003-2010) e adicionaram também o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), que o sucedeu. Em sua análise, no período compreendido entre 2003-2015, o Brasil apresentava uma clara GE, possibilitada, principalmente, pela presença de um plano sistematizado, como proposto por Silove, a partir de dois documentos: a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END).

Eles analisaram, posteriormente, o impacto do golpe de Estado que resultou na remoção da ex-presidente Dilma Rousseff, interrompendo a continuidade da Grande Estratégia brasileira, principalmente devido à insatisfação por parte das elites locais. Sendo a

Grande Estratégia um conjunto de esforços de aprimoração de políticas domésticas e externas, a coesão com as frações de classe deve ser levada em consideração na hora de sistematizar os objetivos estatais, a exemplo do caso indiano supracitado. A insatisfação combinada à falta de coesão entre os partidos políticos, enfraqueceu o modelo desenvolvimentista que o PT impunha ao Brasil, reverberando no *impeachment* e em um período de crises subsequentes (Milany e Nery, 2019).

O caso brasileiro aponta algumas das principais características que uma potência média deve possuir para elaborar e implementar uma Grande Estratégia. O equilíbrio entre o incremento de capacidades econômicas e militares, o investimento na política externa e sua promoção como *player* no sistema internacional, além de articular bem os interesses com as elites locais e sociedade, representam um caminho complexo, no entanto, proveitoso, que traz fortalecimento e auxilia nos objetivos estatais no longo prazo.

Ainda que apresentada, brevemente, a experiência brasileira com a Grande Estratégia, a agenda de pesquisa em relação ao Brasil vem ganhando mais força com novos estudos de caso de diferentes recortes temporais. O presente tópico expôs, de maneira epistemológica, as características de uma GE, enquanto o tópico seguinte apresentará os trabalhos que se voltaram às experiências brasileiras em dois momentos distintos: Médici e Geisel (1969-1979) e FHC e Lula da Silva (2003-2010), apresentando, de forma sucinta, como cada governo articulou, ou não, as características centrais da GE discutidas nesta seção.

4. GRANDE ESTRATÉGIA APLICADA AO CASO BRASILEIRO: OS CASOS DE MÉDICI-GEISEL E FHC-LULA DA SILVA

Potências Médias são objeto de estudo de grande estratégia dos anos 1990 para cá. O caso brasileiro não é diferente. Ao fazer uma análise pragmática do padrão de comportamento tanto doméstico em nível institucional, como a nível internacional em termos de condução de política externa, Carvalho (2021) identificou uma série de momentos em que houve prenúncios de uma grande estratégia, ou de um pensamento brasileiro “grande estratégico”.

Um primeiro momento intenso em termos de grande estratégia foi sob a batuta do Barão do Rio Branco, tanto com a redefinição das fronteiras nacionais como também durante o processo de modernização naval do Brasil. Durante a década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, o ministro da guerra Góes Monteiro vinha desenvolvendo uma proposta de política nacional pautada tanto no desenvolvimento industrial do país como também no acúmulo de poder militar, padrão semelhante aos modelos de grande estratégia do século XX.

Com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, houve uma intensificação no pensamento brasileiro sobre grande estratégia, especialmente influenciado pela obra de Liddell Hart. Esse esforço se materializou no lançamento do documento “As Expressões do

Poder Nacional”, que segue sendo atualizado e revisado até os dias de hoje. No mesmo período, a Política Externa Independente (PEI) surgia como um modelo “concorrente”, mas foi substituída pela lógica da doutrina de segurança nacional depois do golpe de 1964 (Carvalho, 2021). Entretanto, mesmo identificados esses momentos, ainda são poucas as produções que se aprofundaram no caso brasileiro através das lentes da grande estratégia.

Até o momento, os trabalhos de Barcellos (2016) e Alves (2022) são os que apresentaram a Grande Estratégia brasileira durante o governo Geisel (1975-1979). O primeiro explorou como a geopolítica orientou o processo de desenvolvimentismo do Brasil na época, precisamente a partir do investimento na indústria de defesa local, enquanto o segundo buscou entender como a combinação das políticas econômicas, externa e de defesa do período ofereceram sustentabilidade para a consolidação de uma Grande Estratégia.

Como complemento à análise acima, Montenegro (2023) explorou a aplicabilidade da Grande Estratégia durante a ditadura militar, a partir de dois documentos produzidos no período: os Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II. Nestes documentos, Emílio Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979) desenvolveram projetos de envergadura significativa, que na Política Externa Brasileira ganharam a alcunha de Plano Brasil Potência e Pragmatismo Ecumênico Responsável. O decênio explorado pela autora compreende um período de elevados índices de crescimento impulsionados pelo desejo do primeiro governo de tornar o Brasil uma grande potência num espaço de uma geração (Brasil, 1971).

Essa ambição possuía raízes na perspectiva que os militares obtinham em sua formação na Escola Superior de Guerra, além da percepção de que o Brasil era grande demais para ter aspirações tão pequenas (Macarini, 2005). Dessa forma, a autora seguiu as propostas de Kennedy (1991) e interpretou como as políticas econômica, externa e de defesa foram implementadas para a concretização desse objetivo (Montenegro, 2023).

Durante o governo Médici, assim como nos antecessores, respectivamente Castello Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969), havia um plano detalhado que remete a proposta de Silove (2017) de que a GE pode ser interpretada como um grande plano, no caso, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Ele continha a sistematização das áreas de investimento que o governo deveria direcionar. O aprimoramento do parque industrial representava uma das prioridades no momento, com o intuito de modernizar a estrutura preexistente (Brasil, 1971; Macarini, 2005; Alves, 2022; Montenegro, 2023). Desse modo, a política econômica se baseou na chamada Estratégia Agrícola, proposta pelos ministros Antônio Delfim Netto, da Fazenda, e João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento. Essa estratégia propunha investir no setor agrícola-exportador e, com os frutos obtidos da exportação de produtos manufaturados, seria feita a modernização do parque industrial do país (Brasil, 1971; Macarini, 2005; Alves, 2022; Montenegro, 2023).

A política externa do governo Médici foi marcada por um período de ganhos positivos, a partir da chamada Diplomacia do Interesse Nacional. O Brasil compreendeu que, no Sistema Internacional, os países do chamado Terceiro Mundo encontravam-se em desvantagem em relação aos do Primeiro Mundo e que essa divisão constrangia, de uma certa forma, a autonomia que países em ascensão seguiam buscando. Dessa forma, o Brasil assumiu uma política externa bilateral, ou seja, passou a firmar acordos internacionais com um grupo diverso de países, com destaque àqueles que possuíam semelhante estágio de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o país estimulava o fortalecimento de órgãos de cooperação econômica como a Comissão Econômica de Coordenação para a América Latina (CECLA), a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a cooperação com países africanos e do Oriente Médio (Martins, 1975; Souto, 2001. Pinheiro, 2000; Montenegro, 2023).

Na área de defesa, alguns destaques, como a atuação brasileira no Atlântico Sul, a partir do pedido de ampliação das milhas náuticas, que acabou ocorrendo através da Terceira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, realizada em 1973. Outro destaque foi o protagonismo no conflito da Bacia do Prata, que freou o protagonismo argentino no controle desse espaço, firmando o Tratado de Itaipu, em 1973, que deu origem à usina hidrelétrica (Ferres, 2004; Lima, 2013, Lima *et al.*, 2014; Souto, 2013).

No governo Geisel, a postura brasileira sofreu modificação, justificada por uma pressão internacional oriunda da crise do petróleo, ocorrida em 1973. Assim, o II PND foi implementado com certa cautela, embora com as ambições impostas pelo primeiro. A estratégia econômica voltada para a modernização do parque industrial através de um processo semelhante ao de substituição de importações foi feita de maneira mais intensa que a do primeiro governo e com investimento no suprimento da produção energética, de modo a evitar que o país sofresse consequências futuras nesse setor (Visentini, 2020; Brasil, 1974; Montenegro, 2023).

A política externa do governo Geisel, pautada pelo Pragmatismo Ecumênico Responsável, é tida como uma das mais bem-sucedidas da história da atuação internacional do Brasil (Spektor, 2004; Visentini, 2020). Diferente do antecessor, o Brasil adotou uma postura mais multilateralista, como ilustrado no discurso do Ministro das Relações Exteriores da época, Azeredo da Silveira:

Assim, um enfoque pragmático e ecumênico da política externa é, de certa forma, o resultado direto da evolução da economia, tanto dentro quanto fora de nossas fronteiras. Seria um erro, contudo, concluir que a nova política externa do Brasil, marcada por um ecumenismo pragmático, é um simples reflexo das necessidades elementares da vida econômica. É, também, o resultado de uma observação atenta da

recente evolução do sistema internacional, e do papel que uma nação emergente, como a nossa, está destinada a desempenhar neste contexto. (Silveira *apud* Oliveira, 2005, p. 150)

A postura brasileira resultou em laços firmados com países da América Latina e da África, além de União Soviética e China Continental. Estes dois últimos eram considerados países comunistas na época, parte do espectro que deveria se combater (Brasil, 1974). Em relação à política de defesa do período, é possível destacar a assinatura do Tratado Antártico, que permitia ao Brasil realizar pesquisas na região. Outro destaque foi a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), que simbolizava a cooperação entre os países que compartilham fronteiras com o Bioma Amazônico, essencial para destacar a soberania desses Estados, além de buscar certa igualdade na exploração e preservação dessa área (Castro, 2009; Macedo, 2020; Montenegro, 2023).

O caso dos governos Lula 1 e 2, assim como Dilma 1, foi estudado por Brands (2010), Alsina Jr. (2018), Milani e Nery (2019) e Carvalho (2021), que forneceram análises mais aprofundadas dos casos em questão, destacando a postura internacional do Brasil durante o período. Seguindo o caminho pavimentado por essa escola, Carvalho (2021) propôs um modelo de análise da grande estratégia nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva com base em três pilares: projeção e engajamento a nível regional; projeção e engajamento internacional; e papel no contexto da segurança internacional.

Com exceção do mandato do Barão do Rio Branco, a política regional nunca foi algo central na estratégia externa do Brasil. No entanto, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) deu mais importância ao entorno regional, focando na América do Sul como sub-região de relevância para projeção. As ações externas de FHC se concentraram principalmente em questões econômicas, impactando a atenção dada à segurança internacional, embora algumas ações nessa área também merecem destaque, como a adesão ao Tratado de Não-Proliferação (TNP) e ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), intensas participações em missões especiais de manutenção de paz sob a égide da ONU, além de avanços domésticos no que tange às relações entre forças armadas e sociedade com a criação do Ministério da Defesa, e as primeiras versões da Política de Defesa Nacional (Carvalho, 2021).

Após Lula assumir a presidência, em 2003, o Itamaraty deixou explícito seu desejo e determinação de alcançar posição de líder na América do Sul, insistindo que a região deveria ser promovida ao topo da lista de prioridades da política externa brasileira. O governo Lula apresentou um conjunto de mudanças importantes no pivô brasileiro para o seu ambiente estratégico e respeitou a posição do MRE.

O engajamento brasileiro no cenário internacional em questões multilaterais durante

os anos Lula também foi enorme. Um dos conceitos que nortearam a política externa brasileira através do complexo reordenamento da política internacional foi a ideia de multilateralismo recíproco, mostrando um ator relevante e assertivo em fóruns multilaterais como G20, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) Conselho de Segurança da ONU. Agiu sem uso da força ou de projeção de poder, tendo seu auge nas tratativas da negociação do acordo nuclear entre Irã e Turquia. Uma questão importante na agenda de segurança internacional do Brasil foi a não proliferação nuclear. Embora o país mantivesse sua posição a favor do desarmamento nuclear, surgiram divergências sobre a necessidade de aderir ao Protocolo Adicional, considerando as inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) intrusivas e optando por não o assinar. O Brasil, com um histórico impecável de não proliferação de armas nucleares, condicionou a assinatura de documentos adicionais à efetiva redução dos arsenais nucleares pelos Estados com armas nucleares.

Durante o governo Lula, a política externa brasileira também focou em diversos temas de segurança e defesa, incluindo a cooperação na defesa na América do Sul e com países africanos, e um forte ativismo na agenda de desnuclearização. Em 2004, o Brasil se destacou ao liderar a operação de manutenção da paz no Haiti, sob o capítulo VII da Carta da ONU, marcando um ponto de virada na inserção internacional do país (Carvalho, 2021).

A exposição mostra, ainda que de maneira breve, um conjunto de ações tomadas pelo Governo Lula que, da mesma forma que durante o intervalo Geisel e Médici, indicam uma coordenação nada aleatória de tomadas de decisão de um país que pensou sua projeção internacional a partir de estratégias condizentes com uma potência média, apresentadas ao longo deste artigo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre Grande Estratégia volta a ocupar lugar de destaque no cenário do pós-Guerra Fria. Embora ainda não exista um conceito consolidado de Grande Estratégia, no seu retorno duas modificações importantes merecem destaque. Primeiro, para além da questão de segurança, o conceito agora é tratado também em seus aspectos econômicos e político-diplomáticos. Formalizada ou não, em documentos oficiais do Estado, constituindo-se em princípio ou comportamento, quanto mais coerente e compartilhado forem estes objetivos políticos, maiores as chances de implementação bem-sucedida pela burocracia estatal.

A outra modificação importante identificada no debate é que o conceito ultrapassa a fronteira das Grandes Potências e adquire envergadura ainda maior nas análises sobre as Potências Médias. O elemento de longo prazo é uma variável oscilante no campo das potências

médias, em razão de sua instabilidade política e econômica. Mas as dimensões econômica, político-diplomática e de segurança e defesa, tão caras ao novo momento de análise da GE no Pós Guerra Fria, quando aplicadas às potências médias, sofrem algumas alterações.

No campo econômico, a potência média tem o desenvolvimento econômico como a principal característica da grande estratégia de uma potência média. Um país subdesenvolvido encontra-se em profunda situação de dependência, com opções limitadas para promover seus próprios interesses. Portanto, as potências médias buscam desenvolver suas economias para quebrar as cadeias de dependência e alcançar um bom nível de industrialização. Uma vez que o desenvolvimento é a raiz de todo poder, um país com uma economia mais robusta encontra-se capacitado a desenvolver outras formas de poder, incluindo, para além do fortalecimento e aumento das Forças Armadas. Sendo o desenvolvimento a base de todo poder, um país com uma economia mais robusta está mais apto a expandir outras formas de poder, incluindo, mas não se limitando, ao fortalecimento e à ampliação de suas Forças Armadas.

No campo político, a potência média tem na construção de coalizões regionais e na participação em organismos e instituições internacionais uma importante ferramenta de *soft balance* contra as Grandes Potências. O motivo para isso é simples. Com recursos de poder limitados, tais países muitas vezes procuram formar coalizões ou utilizar o espaço dos fóruns internacionais para fortalecer sua margem de manobra na promoção de seus interesses particulares. A impossibilidade de se igualar a outro grande poder, sozinho, oferece, como saída, contar com estratégias multilaterais para influenciar seus pares e atuar em conjunto na busca por ganhos absolutos.

E, por último, define seus objetivos militares e de defesa em consonância com a política externa do país. As potências médias raramente contam com o uso da força para resolver disputas internacionais. Embora o uso da força pode variar de acordo com seu contexto geopolítico, a força militar como meio de ação é aplicada apenas como último recurso. Normalmente, as políticas de defesa das potências médias são implementadas em convergência com os interesses da política externa do país e, na maioria das vezes, estão focadas exclusivamente na defesa do território nacional ou na participação, não muito regular, em operações de manutenção, construção e consolidação da paz em países fragilizados.

REFERÊNCIAS

- ALSINA Jr., João Paulo. **Ensaio de Grande Estratégia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
- ALVES, Leonardo P. **A Grande Estratégia Brasileira no governo Geisel**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2022.
- BARCELLOS, João Miguel. V. **Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia” do governo Geisel: uma análise geopolítica**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional). Rio de Janeiro: Instituto de Economia, 2016.
- BRANDS, Hal. **Dilemmas of Brazilian Grand Strategy**. U.S. Army War College, 2010.
- BRANDS, Hal. **What Good is Grand Strategy? Power and Purpose in American Statecraft from Harry S. Truman to George W. Bush**. Ithaca: Cornell University Press, 2014.
- BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento**. Brasília, 1971. Disponível em <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/34>; Acesso em: 07 ago.2022.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**. Brasília, 1974. Disponível em <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/24>; Acesso em: 07 ago.2022.
- DE SWIELANDE, T. S.; VANDAMME, D.; WALTON, D.; WILKINS, T. (Eds.) **Rethinking middle powers in the Asian century: new theories, new cases**. New York: Routledge, 2019.
- CARVALHO, André L. V. C. de. **Middle powers grand strategy: the case of Brazil from Cardoso to Lula**. João Pessoa. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Estadual da Paraíba, 2021.
- CASTRO, Therezinha de. Antártica: o assunto do momento. In: SANTOS, M. A. M. **Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- CORBETT, Julian Stafford. **Some principles of maritime strategy**. Good Press, 1911.
- FERRES, Virgínia P. **A solução do conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira**. São Paulo: Proj. História, 2004.
- GADDIS, John L. **On Grand Strategy**. New York: Penguin, 2018.
- GLOSNY, Michael A. **The grand strategies of rising powers: Reassurance, coercion, and balancing responses**. Boston. Tese de Doutorado. Massachusetts Institute of Technology, 2012.
- HOLBRAAD, Carsten. **Middle Powers in International Politics**. London: Palgrave Macmillan, 1984.
- JORDAAN, Eduard. The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emergent and traditional middle powers. **Politikon**, vol. 30, n. 1, p. 165-181, 2003.
- KASSAB, Hanna S. **Grand strategies of weak states and great powers**. New York: Springer, 2018.
- KENNEDY, Paul. **Grand strategy in war and peace: Toward a broader definition**. New Heaven, NY: Yale University Press, 1991.
- LAYNE, Christopher. **The peace of illusions: American grand strategy from 1940 to the present**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2006.

- LISSNER, Rebecca F. What Is Grand Strategy? Sweeping a Conceptual Minefield. **Texas National Security Review**, vol. 2, n. 1, p. 53-73, 2018.
- LIMA, Maria Regina S. de. **The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu**. Brasília: FUNAG, 2013.
- LIMA, Maria Thereza da Silva Lopes *et al.* Sobre a Situação Energética Brasileira: De 1970 a 2030. **Ciência e Natura**, Santa Maria, vol. 37, p. 06-16, 2014.
- MACARINI, José Pedro. A Política Econômica do Governo Médici 1970-1973. **Nova Economia**, vol. 15, n. 3, p. 53-92, 2005.
- MACEDO, Marcos. V. A. **A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e os seus 40 anos de existência**: retrospectiva e perspectivas de integração regional para a sustentabilidade. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais). Porto Alegre. Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.
- MARTEL, William. C. **Grand strategy in theory and practice**: the need for an effective American foreign policy. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2015.
- MARTINS, Carlos E. A evolução da Política Externa Brasileira na década 64/74. **Estudos CEBRAP**, n. 12, p. 55-98, 1975.
- MILANI, Carlos R. S.; NERY, Tiago. The sketch of Brazil's grand strategy under the Workers' Party (2003–2016): Domestic and international constraints. **South African Journal of International Affairs**, vol. 26, issue 1, p. 73-92, 2019.
- MILEVSKI, Lukas. **The Evolution of Modern Grand Strategic Thought**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- MONTENEGRO, Letícia A. **Grande Estratégia Brasileira**: Análise dos governos Médici e Geisel (1969-1979). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). João Pessoa. Universidade Estadual da Paraíba, 2023.
- MURRAY, Williamson; SINNREICH, Richard H.; LACEY, James. **The Shaping of Grand Strategy**: Policy, Diplomacy, and War. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2011.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. **Contexto Internacional**, vol. 22, n. 2, p. 305-355, 2000.
- POSEN, Barry; ROSS, Andrew L. Competing vision for US grand strategy. **International Security**, vol. 21, n. 3, p. 05-53, 1997.
- SILOVE, Nina. Beyond the Buzzword: Three meanings of Grand Strategy. **Security Studies**, vol. 27, n. 1, p. 27-57, 2017.
- SOUTO, Cintia Vieira. A política externa do governo Médici (1969-1974): uma nova proposta de inserção internacional para o Brasil. **Cena Internacional**, vol. 3, n. 1, p. 43-61, 2001.
- SOUTO, Cintia Vieira. **A Diplomacia do Interesse Nacional**: a política externa do governo Médici. 2ed, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013.
- SPEKTOR, Mathias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 47, n. 2, p. 191-222, 2004.
- TALIAFERRO, J. W.; RIPSAN, N. M.; LOBELL, S. E. (Eds). **The challenge of Grand Strategy**. The Great Powers and the Broken Balance between the World Wars. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2013.

TEIXEIRA, R. A; PINTO, E. C. A Economia Política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, n. 21 (Número Especial), p. 909-941, 2012.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa Brasileira**: a busca da autonomia, de Sarney a Lula. São Paulo: UNESP, 2011.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O Regime Militar e a projeção mundial do Brasil**: autonomia nacional, desenvolvimento econômico e potência média (1964-1985). Coimbra: Almedina, 2020.